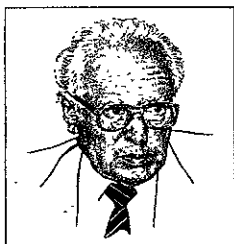


JOSÉ GOLDEMBERG

Como salvar a Amazônia?

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, prestou serviço relevante ao País ao expor de forma objetiva, em artigo publicado neste jornal em 21 de abril (A2), o quadro real do desmatamento da Amazônia: 17 mil quilômetros quadrados por ano, uma área equivalente a



O importante é fazer uma avaliação realista e propor medidas de longo prazo

metade da Bélgica e a todo o Estado de Israel. Esse número já foi maior e parece ter se estabilizado no nível atual. Cerca de 14% de toda a floresta já foi destruída e, na marcha atual, outros tantos o serão nos próximos 20 ou 30 anos. Quando atingirmos esse nível, os atuais "bolsões do desmatamento", relativamente circunscritos, serão tão extensos que levarão logo à destruição de áreas ainda maiores.

Como é típico de muitas autoridades governamentais nos dias de hoje, o ministro faz um diagnóstico correto da situação, mas não propõe nem executa medidas que resolvam o problema além da melhoria da fiscalização e de vagas indicações da "construção de agendas positivas" de desenvolvimento sustentável, como ecoturismo.

Fazer um diagnóstico correto não é tão pouco assim quando se considera o fato de que apenas dez anos

atrás era considerado "impatriótico" chamar a atenção para o desmatamento acelerado da Amazônia, porque poderia encorajar tentativas de colocar aquela área sob a proteção de uma autoridade internacional. Esse tipo de neurose chegou a um ponto tal que medidas do desmatamento não foram feitas

durante toda a década de 80 e, mesmo depois de 1992, deixaram de ser feitas "por falta de verba", durante algum tempo.

A verdade é que o desmatamento da Amazônia – que pode até servir de bandeira de luta a alguns grupos de ecologistas no exterior – é de interesse central para os próprios brasileiros e preocupar-se com ele não só é patriótico como vital para proteger o interesse e aspirações dos 20 milhões de brasileiros que hoje vivem naquela região do País.

O problema não é mais o de lamentar o que foi feito no passado, mas o de fazer uma avaliação realista – que o ministro Sarney Filho fez – e propor medidas de longo prazo para resolver o problema – que o ministro não fez. Obviamente, fiscalização e multas podem ser eficientes a curto prazo, como é a repressão ao tráfico de drogas, mas não é isso que vai resolver o problema

a longo prazo.

O principal problema da preservação da Amazônia, hoje, não é causado pelas grandes empresas agropecuárias, que tentaram converter a região, no passado, em grandes fazendas de gado, de baixíssima produtividade, ou por madeireiras predatórias. Ele decorre do fato de que mais da metade do desmatamento é provocado por agricultores pobres, que usam métodos rudimentares de cultivo em áreas de menos de 100 hectares, o que os leva a desmatar mais e mais, porque as terras perdem sua fertilidade depois de poucos anos de uso. Os índios da Amazônia sabiam disso muito bem e faziam a mesma coisa no passado, porém em escala muito menor, o que permitia a recomposição das clareiras da floresta que abandonavam.

Melhorar as técnicas agrícolas do uso do solo na Amazônia faria muito pela preservação da floresta, porque evitaria desmatamentos adicionais, mas isso envolve um trabalho de extensão agrícola de proporções imensas. É bem verdade que ele funcionou no cerrado, onde a plantação de soja foi feita com técnicas modernas, o que explica sua alta produtividade. As condições do cerrado, contudo, são bem diferentes das da Amazônia, não só do ponto de vista do clima como também do próprio sistema fundiário. O cerrado presta-se à mecanização agrícola, que é inviável, em geral, num regime de pequenas propriedades.

Essas complexidades po-

dem levar-nos a esquecer que existe um grande projeto na Amazônia que contribuiu, e muito, para a redução do desmatamento, que é a Zona Franca de Manaus. Ela atraiu e manteve a população na capital, evitando que ela desmatasse o Estado do Amazonas, que é o que tem o melhor índice de floresta preservada de toda a região. Pode-se criticar a Zona Franca de Manaus por diversas razões, mas o fato concreto é que ela contribuiu para reduzir o desmatamento em grande escala. Uma das principais críticas feitas a ela é que se trata de uma "plataforma" de montagem de produtos importados, o que não caracteriza desenvolvimento sustentável.

Montar projetos que tenham esse caráter na Amazônia envolve, porém, mais do que ecoturismo ou a identificação de ervas nativas com propriedades medicinais, mas um conjunto de medidas envolvendo vários órgãos de governo e bancos regionais. Promovê-los está acima da capacidade e jurisdição do Ministério do Meio Ambiente. Eles terão, porém, necessariamente de ter caráter agroindustrial, e não agropecuário.

Essa seria realmente uma "agenda positiva", e não apenas medidas de conservação e proteção da floresta que não conseguiram nem conseguirão impedir sua destruição progressiva.

■ José Goldemberg foi secretário do Meio Ambiente da Presidência da República